

Um pacto para gastar

ARTIGO

José Márcio Camargo

Professor titular aposentado do Departamento de Economia da PUC-Rio, é economista-chefe da Genial Investimentos

As declarações do ministro Fernando Haddad de que será necessário um “pacto nacional entre os Três Poderes” para colocar as contas fiscais do País em ordem, reagindo à decisão do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, de não estender a validade da parte da Medida Provisória (MP) 1.202 que voltava a cobrar contribuição previdenciária de 20% das prefeituras

de cidades com menos de 150 mil habitantes, indicam que a “aliança” informal entre o governo e os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, que viabilizou a aprovação de medidas de aumento de impostos ao longo de 2023, está se esgotando.

Medidas provisórias, uma vez enviadas ao Congresso, valem automaticamente por 60 dias e são prorrogáveis por mais 60. É a primeira vez que o Congresso não prorroga apenas parte de uma MP. O governo já anunciou que vai recorrer da decisão, o que deverá aumentar o conflito entre o Executivo e o Legislativo. Caso a prática seja aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aumenta o poder do Legislativo.

Haddad não parece ter poder político dentro do PT e do governo para bancar proposta de pacto nacional

A não extensão de parte da MP (as outras partes foram transformadas em projetos de lei com urgência constitu-

cional) é uma reação do Congresso à decisão do Executivo de enviar uma MP que reverte decisões recentes do Legislativo. As propostas que constam da Medida Provisória 1.202 (reonerar a folha de pagamentos de 17 setores e das prefeituras de pequenas cidades e acabar com o programa de incentivo ao setor de eventos, o Persa) haviam sido aprovadas pelo Congresso e vetadas pelo presidente da República, veto este derrubado pelos parlamentares, no fim de 2023.

Apesar disso, o ministro da Fazenda decidiu, sem consultar o Legislativo, editar uma MP para reverter essas decisões, o que foi considerada uma afronta por parte dos

legisladores.

Construir um pacto entre os Três Poderes sugere que o ministro propõe substituir a “aliança” informal descrita acima por um pacto formal entre os Três Poderes. Mas um “pacto” exige divisão igualitária de poderes entre participantes, definição coletiva de objetivos, do programa de governo, da estrutura do Orçamento, etc.

O ministro não parece ter poder político dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo para bancar essa proposta. Na verdade, o objetivo é aprovar os programas de aumento de impostos e de receitas necessários para financiar os aumentos de gastos já definidos pelo governo. Um pacto para gastar. ●

Estatal Disputa política

Os atritos entre Prates e Silveira contados em quatro episódios

O presidente da estatal e o ministro tiveram embates em vários momentos, incluindo preço de combustíveis e dividendos

O embate entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em torno do comando da estatal, chegou a um ponto de quase ebulição esta semana. Mas essa não é uma briga que começou agora. Silveira e Prates vêm divergindo praticamente desde a montagem do governo. A seguir, quatro vezes em que as diferenças entre os dois se tornaram públicas.

1. Paridade de importação

Em abril do ano passado, Silveira chamou o preço de paridade de importação (PPI, que leva em conta o preço internacional do petróleo) de “absurdo”, e disse que já havia determinado “mudanças”. Apesar de concordar com a alteração no PPI, Prates se manteve discreto sobre o tema e aguardava a mudança no conselho de administração da empresa para discutir o assunto.

2. Política para o gás natural

Na metade de 2023, Silveira fez críticas à política de reinjeção de gás em reservatórios de



Queda de braço entre Silveira e Prates vem do início do governo

petróleo para aumentar a pressão interna e facilitar a produção de óleo. O ministro disse que Prates estava sendo “no mínimo negligente” com relação ao gás. Prates rebateu dias depois. “Se não tem gás para todos os segmentos, vamos trabalhar o mix (de oferta de energia) em vez de criar polêmica onde não existe”.

3. Redução no preço dos combustíveis

Em novembro, Silveira cobrou Prates, em uma entrevista à GloboNews, por uma redução mais expressiva no preço dos combustíveis por conta da queda no preço internacional do petróleo. Prates rebateu, dizendo Lula nunca havia pedido a ele para baixar ou aumentar o preço de combustíveis.

4. Distribuição de dividendos extraordinários

No mês passado, a Petrobras anunciou que iria reter dividendos extraordinários de mais de R\$ 40 bilhões. O mercado esperava que esses dividendos fossem distribuídos, e isso provocou uma crise que levou à perda de R\$ 50 bilhões em valor de mercado da estatal em apenas um dia. A decisão foi tomada pelo conselho de administração, no qual o governo tem maioria. Prates, que defendia reter metade dos dividendos e distribuir a outra metade, se absteve de votar. Silveira o acusou de ficar ao lado dos executivos da companhia, em vez de se posicionar com o governo. ●

Ou privatizamos ou estatizamos a Petrobras

ANÁLISE

ADRIANO PIRES

A crise de final de semana na Petrobras, com diversas matérias afirmando que o atual presidente da estatal estaria sendo trocado, mostra a falência do modelo de empresa de economia mista. Essas trocas e brigas em torno da Petrobras acontecem em diferentes governos. Todos querem mandar na empresa. Não é à toa que a Petrobras é a petroleira que mais troca de presidente.

As crises já começam na medida em que a indicação para a presidência da empresa não é do ministro de Minas e Energia e sim do presidente da República. Os diferentes presidentes têm a certeza de que a Petrobras é uma estatal e aí tentam de diferentes formas intervir no destino da empresa. Quem perde? O Brasil, a sociedade e os acionistas.

O curioso é que a política de intervenção nunca dá certo e o exemplo master foi o governo da presidente Dilma Rousseff quando subsidiou os preços dos combustíveis, provocando um rombo na caixa da empresa de algo em torno de US\$ 40 bilhões. A Petrobras passou a ser a petroleira com a maior dívida, em torno de US\$ 120 bilhões. Diante disso, vamos querer repetir os erros que quase levaram a empresa à falência?

Não dá para entender como o governo não aprende e insiste em errar novamente. Nem são erros novos, são os erros de sempre: trocar presidente da empresa por brigas políticas

dentro do governo, usar a empresa para financiar setores como a indústria naval e querer fazer política social subsidiando o preço dos combustíveis.

Se subsidiar preço de combustíveis fosse uma boa política social, a Venezuela não estaria na atual situação econômica. Não é trocando a toda hora o presidente da Petrobras para obrigar a empresa a fazer políticas desenvolvimentistas que vamos ter uma empresa robusta dando lucro e pagando dividendos.

Aliás, é surreal ver declarações de que a Petrobras não deve estar preocupada com o lucro e sim com o seu compromisso social. Esse é outro erro. A Petrobras faz política social quando paga royalties e impostos. A Petrobras é a maior pagadora de impostos do Brasil.

Finalidade principal
Política atual traz prejuízo a uma empresa que deveria ter como compromisso dar lucro e pagar impostos

A única certeza que temos é que enquanto a empresa for de economia mista esses episódios que presenciamos vão sempre se repetir. É preciso termos a coragem de decidir se privatizamos ou estatizamos a Petrobras. Ficar, vamos dizer assim, em cima do muro só trará prejuízos a uma empresa que deveria ter como compromisso principal dar lucro, pagar impostos e dividendos. É desse tipo de empresa de petróleo que o Brasil precisa. ●

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

pressreader